

O PAPEL DOS GESTORES NA CONSTRUÇÃO DA MORALIDADE

Marina Novaes de SENNE¹
Ricardo RIBEIRO²

RESUMO: A presente comunicação tem como objetivo pensar a moralidade na escola, no contexto do relativismo ético contemporâneo. O foco de nossa análise é o papel dos gestores na construção desses valores. Utilizamos a concepção de educação moral que considera os valores como investimentos afetivos capazes de serem formados no espaço escolar. Essa corrente teórica foi revista a partir das transformações da sociedade contemporânea com os autores Puig (1998), La Taille (2009) e Araújo (2007). Este trabalho dividiu-se em três momentos distintos. O primeiro deles problematiza a educação moral na atualidade. No segundo momento, matizamos acerca de caminhos possíveis para a construção da moral. Por fim, pensamos no papel dos gestores que atuam entre a lei e os educadores. Foi possível concluir que os gestores têm uma contribuição central na construção da moral na escola, pois devem ajudar a construir os espaços de debate, assim como criar uma escola que possibilite a vivência na moralidade.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Moralidade. Políticas Sociais. Gestão.

Introdução

Esta comunicação é um recorte dos estudos sobre o papel dos gestores e a moralidade pensada no contexto contemporâneo de políticas sociais. Dividimos este trabalho em três momentos. Inicialmente, pensaremos na problematização do conceito e educação moral. Em seguida, faremos um breve panorama dos caminhos pensados para a educação em valores morais. Por fim, pensaremos no foco de nossa investigação que é o trabalho dos gestores na formação ética.

Focaremos nosso trabalho na crise do saber ser. Esse problema pedagógico é, sem dúvida, um reflexo dos valores desestruturados na sociedade, pautados em referenciais individualistas e autocentrados. Esse recorte não significa que os demais problemas também não sejam determinantes no desenvolvimento escolar, porém os avanços científicos são mais facilmente percebidos na contemporaneidade do que as

¹ Doutoranda em Educação Escolar. UNESP – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras – Pós-graduação em Educação Escolar. Araraquara – SP - Brasil. 14800-901 - mamasenne@yahoo.com.br

² UNESP – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras. Araraquara – SP - Brasil. 14800-901 - despertarosol@gmail.com

melhorias no aspecto moral. A educação moral entendida como um processo de construção de conhecimentos, valores, comportamentos, aqui analisada como dependente de fatores externos e racionais como também elementos internos e afetivos.

Em certa medida, será tomar consciência de que a formação moral é um processo complexo que inclui diversos níveis de formação, desde a aquisição de convenções sociais até a configuração da consciência moral autônoma; que põe em funcionamento vários dinamismos morais, desde o juízo e a reflexão até os sentimentos e comportamentos, e que é veiculado através de vários mecanismos de ensino que impulsionaram tanto o desenvolvimento pessoal quanto a transmissão social de conteúdos morais. (PUIG, 1998, p.23).

Problematização da educação moral

Historicamente, a educação moral não contribuiu para a consolidação de uma sociedade mais justa, ética e não violenta. Principalmente, pelo fato de que o ensino moral estava diretamente vinculado a uma imposição de condutas e caminhos. Assim, por muito tempo confundiu-se o moralismo, imposição de um comportamento, com moralidade, construção de valores guiados pelo bem coletivo. Dessa maneira, academicamente o debate acerca da moral ficou estigmatizado e passou a ser visto de forma pejorativa.

Sem dúvida, é uma vertente educacional pela qual devemos estar atentos, pois só há possibilidade de formação de uma sociedade mais ética se esse conceito passar por uma transformação interna de referencial no corpo docente e na gestão escolar. Atualmente, não se pode falar em moralidade desvinculada de uma autorreflexão. O professor atua como exemplo para seus educandos. Segundo La Taille (2009), esse exemplo pode ser positivo, moral, ou não moral, mas, inevitavelmente, o professor serve como referencial de existência.

Esse é um tema polêmico por diversos motivos, portanto é importante dar relevância a algumas das críticas mais comuns à educação moral. Por um lado, a moralidade é criticada, pois o professor passa a ser culpabilizado pela crise na escola e além de ter de se preparar para o trabalho e formar conceitos acadêmicos ainda necessita ensinar a ser. No entanto, por mais que haja uma desvalorização do ofício de mestre, o professor influencia com seu comportamento que pode ser moral ou não moral, dependendo de sua consciência.

Nesse aspecto, introduz-se outra discussão ligada à natureza da educação escolar, quais são seus objetivos e prioridades. Para Georges Gusdorf (1970), a educação se pauta na dinâmica da relação entre professor e aluno. Segundo o autor, ao final do processo escolar, o que fica mais evidente é o confronto de cada um consigo próprio que ocorre por meio do diálogo entre professores e seus educandos. E, dessa forma, a função de professor está ligada à própria reflexão que justifica a existência humana. Portanto, o discurso de Gusdorf destaca a tomada de consciência como a pauta mais importante do processo educativo. Para ele, o mestre “ensina a possibilidade de existir” (GUSDORF, 1970, p.129).

Entretanto, outra corrente de filósofos e intelectuais argumenta que a sociedade e os educadores não devem pensar nas questões de moralidade, pois ela é associada a uma exagerada referência cristã, burguesa e racional do final do século XIX e início do XX. Sem dúvida, a tendência cristã, racional e burguesa precisa ser superada. É evidente a necessidade de compreender que a moral é flexível e, além disso, a pluralidade cultural precisa ser valorizada. Todavia, é preciso superar o discurso relativista, pois ele remete a uma conduta individualista e egocentrada.

Hannah Arendt (1972) também acredita que não deve ser papel da escola instruir para a moral. Para ela, o principal motivo é que a escola deve estar preocupada com a formação dos alunos desvinculada do “mundo velho”, ela não acredita que os adultos tenham os melhores modelos de moralidade. Assim, a autora pensa ser irrelevante resgatar conhecimentos morais ou intelectuais somente vinculados ao passado, para ela as crianças podem ter melhores modelos de conduta.

Por outro lado, Agnes Heller (2000) acredita ser fundamental resgatar condutas positivas, para a autora é importante perceber de que maneira nos afastamos da consciência coletiva, que ela chama de essência humana. Todo desenvolvimento humano é um desenvolvimento de valores. Para Agnes Heller, a alienação é o afastamento da essência humana da sociedade. Diferente um pouco da visão clássica de alienação que separa o trabalhador de sua produção e não de sua consciência.

Portanto, Heller introduz o debate da ética no marxismo explicando em um primeiro momento por que ele esteve excluído das análises marxistas. A discussão da ética norteia principalmente no sentido de construir não somente as condições elementares para a vida humana, mas atingir a humanização, discutir desde já uma vida verdadeiramente humana.

Na educação, construir os elementos essenciais do saber sistematizado é fundamental para democratizar o ensino e, assim, desenvolver uma sociedade mais justa. No entanto, nem sempre garante a humanização. Assim, a distribuição material deve também sustentar uma aproximação com nossa essência humana.

Nesse sentido, nossa sociedade enfrenta dois problemas elementares: um centrado na má distribuição de recursos materiais, riquezas; por outro lado, enfrentamos a falta de ética e consciência coletiva. As pesquisas educacionais precisam estar comprometidas com a transformação social, nesses dois aspectos: a distribuição de bens materiais bem como a formação de valores morais. É possível pensar em mais de uma estratégia para consolidar essas mudanças. A presente comunicação se centra nessa consciência coletiva para que a partir dela possamos caminhar para a distribuição dos recursos materiais. “As ciências não subordinaram suas descobertas e avanços à emancipação humana nem sequer às necessidades humanas, à felicidade.” (ARROYO, 2000, p.104).

Outro entrave teórico usualmente observado é o fato de o discurso da ética, justiça e da cidadania ter se transformado em um senso comum, em um discurso constantemente divulgado nos textos oficiais e muito distante da prática. “Conseguimos continuar com o mesmo perfil de professor, mas com um visual novo, com cores democráticas.” (ARROYO, 2000, p.102). Por esse motivo, é possível perceber a cidadania e a ética como pautas comuns, mas pouco atuantes. Principalmente, pelo fato de que não foram responsáveis por uma alteração interna na comunidade escolar como um todo.

Nosso questionamento parte justamente da tônica: como construir ações realmente efetivas, que transcendam a lei? Pois a ética está presente no discurso, no entanto, enquanto não houver uma alteração interna, um investimento afetivo autônomo, a ética, o respeito, a justiça ou a honestidade não passam de publicidade dos valores morais. Principalmente, pelo fato de que as escolas só formarão referenciais morais se estiver evidente que não é fundamental construir escolas para valores e sim em valores, ou seja, os anseios morais devem ser vivenciados cotidianamente por aprendizagens propostas dentro da escola.

Trabalhar com crianças e adolescentes de maneira responsável e comprometida, do ponto de vista ético, significa proporcionar aprendizagens de conteúdos e desenvolvimento de capacidades para

que possam transformar a comunidade de que fazem parte. (BRASIL, 2001, p.59).

Outro ponto importante dos valores na sociedade é o tipo de conduta valorizada atualmente. Se o valor é compreendido como aquilo que se considera importante, a nossa sociedade não está sem valorizar nada, mas dá importância a questões não morais. “A própria definição do que é um valor pode ajudar-nos a compreender melhor: um valor pode ser definido como um investimento afetivo que nos move ou nos faz agir.” (LA TAILLE, 2009, p.17). Ou seja, os investimentos afetivos podem ser morais e não-morais, atualmente é mais comum observarmos valores não morais, ou seja, autocentrados.

Para García e Puig (2010), estamos em um momento de muitas incertezas e, portanto, os valores precisam ser guias para as pessoas. Se levarmos em consideração que os valores podem ser ensinados, é importante pensar que depende de uma tomada de consciência, ou seja, de uma construção autônoma de comportamentos éticos.

Por conseguinte, a partir das colocações acima, é possível esclarecer alguns pontos importantes de análise em nossa pesquisa. Inicialmente, é preciso reconhecer a importância da formação de valores na sociedade. Segundo, pautado no argumento de Gusdorf, o professor sempre influencia seus alunos quer ele tenha consciência ou não, então é melhor que declare seus valores, reflita sobre eles e busque sentido e finalidade da essência humana. Em seguida, é fundamental pensar que nossa sociedade não está ausente de valores, mas, na maioria dos exemplos, com valores não morais, ou seja, centrados em si. É também importante pensar que os valores estão presentes, muitas vezes na lei e no discurso, mas é preciso levar para a consciência, investir afetivamente para que os valores almejados sejam colocados em prática.

Desse modo, o presente trabalho se justifica na medida em que neste momento de crise da sociedade contemporânea é preciso tomar cuidado com os relativismos e as condutas individuais e repensar os valores que nos conduzem aos bens coletivos, por mais difícil que seja pontuá-los. Além disso, é preciso esclarecer a formação moral como um compromisso da escola. Todavia, a formação de moralidade depende de processos internos, então é necessário pensar na construção autônoma desses referenciais, quais métodos são relevantes nesse processo.

Por outro lado, nossa pesquisa se justificativa na busca por compreender como é possível construir referenciais teóricos e práticos para garantir transformações internas

como a formação moral. Ou seja, é primordial refletirmos como os gestores estabelecem as pontes entre as políticas sociais e a formação de escolas em valores morais.

Assim, na primeira fase da pesquisa, este trabalho compilou **importantes** concepções teóricas vinculadas ao tema da moralidade. Nesta fase de nossa investigação, ponderamos sobre algumas questões clássicas da filosofia como o caráter interno ou externo da moralidade bem como a possibilidade ou não de se educar moralmente. “Toda proposta de educação em direitos humanos tem que estar informada por uma tomada de posição que explicita o marco filosófico e ideológico do qual se parte.” (CANDAUI, 2000, p.156).

Qual origem da moralidade? Na filosofia positivista, a moral foi compreendida como conjunto de normas a serem seguidas e, portanto, sua origem está vinculada a um processo racional de construção que se dá no plano externo. Por outro lado, outras correntes filosóficas pensam em uma diferente natureza da moralidade, em que se busca:

[...] a construção de uma nova concepção de que a formação de valores morais ou éticos depende de algo além da tomada de consciência do dever: depende de uma motivação interna para a ação, chamada de sentimentos [...] não são esses estados de ânimo que nos impulsionarão a uma ação moral, e sim a presença de sentimentos que integram a nossa personalidade: o que nos indigna, o que nos envergonha, do que nos arrependemos. (LA TAILLE, 2009, p.17).

Se partirmos da ideia de que a moralidade se forma a partir de normas impostas pela sociedade, ela é entendida como incorporação do meio externo, ou seja, dependente das condutas culturais de cada povo. Por outro lado, a moralidade também se refere aos sentimentos e a busca pelo bem que, ao contrário da racionalidade, são investimentos afetivos. Portanto, concepções que considerem apenas a influência externa na formação moral estão sendo limitadas. “De acordo com Piaget, as crianças adquirem valores morais não por internalizá-los ou por absorvê-los de fora, mas por construí-los interiormente, através da interação com o meio ambiente.” (KAMII, 1982, p.112).

Nesse caminho, é possível perceber que ainda há pouca conformidade em torno da conceituação da moralidade e sua natureza. Muito há que se refletir também sobre o papel da escola na formação da moral. Entretanto, já é possível aceitar a educação em valores como um papel prioritário da instituição escola, sobretudo se estiver preocupada com a formação integral do educando.

Caminhos para pensar na construção de referenciais morais na educação

Na segunda fase de nosso estudo, refletimos sobre o lugar da educação em valores humanos nas metodologias de educação. Para tanto, aprofundamos nosso olhar nas principais produções teóricas sobre métodos e caminhos possíveis na formação de moralidade no espaço escolar.

Inicialmente, a literatura sobre o assunto aponta como fundamental para a aprendizagem da moral a vivência dos valores pelos quais se acredita formar. Ou seja, não adianta a escola almejar construir uma sociedade justa e ética se não for formado em justiça. Assim, uma escola para valores humanos é uma escola em valores.

Outro ponto importante de análise relaciona-se ao fato de poucas certezas sobre os melhores caminhos para construir referências éticas com os alunos. No entanto, o que se afirma é que não se forma em valores por uma repetição de informação ou com metodologias típicas das disciplinas curriculares. É preciso ser um trabalho transversal, contínuo e vinculado à prática discente.

Uma proposta de educação em direitos humanos não pode reduzir-se a uma série de técnicas didáticas ou dinâmicas de grupo. Nela está implicada toda uma postura pedagógica. Não pode ser reduzida a uma série de conhecimentos ou a atividades isoladas. Trata-se de uma postura que deve penetrar as diversas dimensões da ação educativa. Não pode estar desvinculada das práticas sociais. (CANDAUI, 2000, p.164).

Além disso, os métodos utilizados devem conduzir à autonomia da moral e não à imposição de condutas. Esse desenvolvimento da moral heterônoma para autônoma depende de fatores cognitivos e metodológicos: “[...] a autonomia moral é o reconhecimento pessoal da necessidade das normas morais da sociedade, e, portanto a mudança do que era exterior para o interior da consciência individual.” (PUIG, 1998, p.34).

Evidentemente, a construção de estratégias metodológicas que favorecem a construção de autonomia está amarrada à imagem de um professor autônomo. Nos dois casos, na autonomia do aluno ou do educador, o caminho fundamental é o autoconhecimento. O professor deve com frequência desenvolver uma prática reflexiva sobre sua atuação, pois ele é um exemplo de moralidade, na maioria das vezes, a sua

ação é mais formadora que seu discurso. “O autoconhecimento é um processo sempre inacabado, que implica uma atividade de auto-observação e descoberta de si mesmo mas também antecipação do futuro e construção de formas de ser queridas e desejadas.” (GARCÍA; PUIG, 2010, p.28).

O papel dos gestores na construção da educação moral

Na terceira fase de nosso estudo, buscamos compreender o trabalho dos gestores na interface entre as políticas sociais de educação e as práticas docentes. Os valores morais estão claramente presentes nos discursos e nos textos oficiais sobre educação na contemporaneidade. Desde a Constituição de 1988, alguns valores, como a ética, vêm sendo constantemente citados como objetivos para a sociedade brasileira e, portanto, também papel da educação escolar. Nesse sentido, é nosso objetivo atentar para esse discurso dentro da lei e dos textos oficiais.

As políticas educacionais já trazem uma preocupação com a construção da justiça social e da ética, porém as leis não garantem um despertar pessoal, tão necessário às transformações da estrutura educacional.

Todo o discurso da ética se constrói no vazio, pois a sociedade contemporânea vive um processo de individualismo e autocentramento em que as pessoas até estão mais aptas a reivindicar direitos, mas não estão preparadas a participar ativamente da sociedade civil, pois não têm clareza de seus deveres. “De fato, só nos valorizamos quando nos autoconhecemos: quando é possível refletir sobre nossas ações.” (LA TAILLE, 2009, p.37).

Assim, elaboramos projetos caducos de cidadania e moralidade centrados apenas nos indivíduos e não no bem coletivo. Perde-se a noção de totalidade, e criam-se discursos focalizados e pouco estruturais. É isso que La Taille afirma quando nossos valores estão em crise, pois vivemos em uma sociedade com muitos valores, porém pautados no indivíduo, como concepções de justiça autocentrada.

Ao mesmo tempo, se o Estado brasileiro obriga todas as escolas do país a adotarem modelos de educação moral e se essa lei não for trabalhada enquanto investimento afetivo pelos gestores e pelos educadores, certamente se reproduzirá um modelo heterônomo de moralidade.

Segundo Michael Apple, José Azanha e Carlos Alberto Torres as políticas sociais atuais se configuram como ações focalizadas do Estado e descomprometidas

com as mudanças estruturais da sociedade. Nesta perspectiva, as políticas educacionais voltadas para a construção da ética, comumente se configuram como propostas de garantia do mínimo sem preocupar-se com as transformações centrais no campo da educação escolar.

Considerações finais

Foi possível perceber, no atual estágio de nossa investigação, que os gestores têm um complexo papel em relação à construção de referenciais morais na educação escolar. O gestor atua como emissário da lei, e neste sentido deve garantir que os pressupostos oficiais estejam presente nas instituições escolares. Entretanto, quando se medita sobre as políticas públicas em nosso país, comumente observamos a ação focalizada e descomprometida do Estado com as transformações estruturais. Ou seja, os gestores representam leis que, muitas vezes, não comungam com seu modelo de escola e moralidade.

Por outro aspecto, os gestores trabalham diretamente com os educadores e devem ajudá-los a elaborar projetos autônomos de moralidade. Nesse caso, o mais relevante deixa de ser a lei e passa a ser a reflexão acerca da prática educativa. Nesse sentido, a função do gestor é primordial para que a moralidade seja pensada como construção de autonomia e não como imposição do corpo docente de seu modelo de vida.

Portanto, podemos pensar que os gestores atuam como pontes entre as políticas sociais para educação e o trabalho de construção da moralidade. Todavia, se levarmos em conta a lei como um ideal democrático, a sua maior contribuição é construir espaços para que esse debate seja pensado. A moralidade imposta perde o sentido, vira moralismo. O gestor deve contribuir para que a escola crie espaços de reflexão para essa questão. Além disso, ela deve ser um espaço moral para que o ensino não seja pautado apenas em teorias, mas na vivência da moralidade.

THE ROLE OF MANAGERS IN CONSTRUCTION OF MORALITY

ABSTRACT: *This Communication aims to reflect morality in school, in the context of contemporary ethical relativism. The focus of our analysis is the role of managers in the construction of these values. We use the concept of moral education that considers the values as affective investments capable of being trained in school. This theoretical current was revised from the transformations of contemporary society with the authors Puig, La Taille and Araújo. This work was divided into three distinct periods. The first questions the moral education today. In the second stage, we ask about possible ways to build the morale. Finally, think of the role of managers who work between law and educators. It was concluded that managers have a central contribution in building the morale in the school because they must help build the forums, as well as create a school that allows the experience of morality.*

KEY WORDS: *Education. Morality. Social Policies. Management.*

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, U. **Educação e valores: pontos e contrapontos.** São Paulo: Summus, 2007.
- ARENDT, H. **Entre o passado e o futuro.** São Paulo: Perspectiva Universitária, 1972.
- ARROYO, M. **Ofício de mestre: imagens e auto-imagens.** Petrópolis: Vozes, 2000.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais.** Brasília: MEC/SEF, 2001.
- CANDAU, V. M. **Reinventar a escola.** Petrópolis: Vozes, 2000.
- GARCÍA, M.; PUIG, J. M. **As sete competências para educar em valores.** São Paulo: Summus, 2010.
- GUSDORF, G. **Professores para quê?** Lisboa: Ed. Moraes, 1970.
- HELLER, A. **O cotidiano e a História.** São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- KAMII, C. **A criança e o número: implicações educacionais da teoria de Piaget para a atuação junto a escolares de 4 a 6 anos.** Campinas: Papyrus, 1982.
- LA TAILLE, Y. (Org.). **Crise de valores ou valores em crise?** Porto Alegre: ARTMED, 2009.
- PUIG, J. M. **A construção da personalidade moral.** São Paulo: Ática, 1998.